

Paz e Cooperação

Um combate actual

Trinta e cinco anos depois de ter sido legalmente constituído, o CPPC mantém todas as razões para existir: em pleno século XXI, as grandes potências (com os EUA à cabeça) encontram na exploração, na agressão e na guerra a forma de sair da grave crise económica que enfrentam. Todos não seremos certamente demais para travar este combate por um mundo mais justo e mais pacífico.

Afganistão, Iraque, Líbia. Estes são apenas três países que enfrentam actualmente a invasão e agressão militar das maiores potências capitalistas do mundo. Mas podíamos acrescentar muitos outros, igualmente a braços com a pilhagem dos seus recursos, a limitação da sua soberania, os bloqueios económicos, o empobrecimento dos seus povos, a chantagem

Da mesma forma que a forte resistência que os povos do mundo opõem às agressões, defendendo a sua soberania, se encontra geminada com as lutas que, em Portugal, na Grécia e noutros países europeus, os trabalhadores e outras camadas desenvolvem contra um caminho que, como já se viu, apenas beneficia um punhado de milionários à custa da desgraça de todos os outros.

Por isso, no Conselho Português para a Paz e Cooperação, continuamos a acreditar que é justo o nosso combate: pela paz; pelo desarmamento; pela dissolução da NATO; pela resolução pacífica dos conflitos; pelo respeito pela soberania dos povos; contra o colonialismo e o

imperialismo. Mas estamos conscientes de que querer a paz não chega – há que lutar por ela. Lá, onde as guerras se travam, e cá, exigindo dos nossos governantes que, de uma vez por todas, sirvam os interesses do povo e não a gula dos potentados económicos alemães, franceses e norte-americanos.

É para esta luta – difícil mas exaltante – que convocamos todos aqueles que sentem as injustiças e que desejam construir um mundo melhor. De que estás à espera? Junta-te a nós!



nuclear. Tudo para favorecer a acumulação dos grandes potentados económicos e financeiros ocidentais e garantir a sua hegemonia mundial.

A guerra travada contra os povos do mundo é irmã gêmea da chamada «austeridade» que, em cada país, esmaga trabalhadores, reformados e pequenos empresários e limita drasticamente o futuro dos jovens. Desemprego, precariedade, pobreza são o reflexo do mesmo sistema que semeia, noutros pontos do globo, a destruição e a morte.

Uma longa história

Foi em 1976, dois anos depois da Revolução de Abril, que o CPPC viu legalmente reconhecida a sua existência. Antes, lutar pela paz, pelo desarmamento, pelo fim dos blocos político-militares e pela solidariedade e cooperação com os povos do mundo dava direito a prisão, a torturas e mesmo à morte.

Mas se foi já com Portugal libertado do fascismo que se criou formalmente o CPPC, o mesmo não se pode dizer do movimento da paz de que é herdeiro – e que teve, nas jornadas da vitória dos primeiros dias de Maio de 1945 (finda a Segunda Guerra Mundial e derrotado o nazi-fascismo), uma importante e relevante expressão.

Nos anos 50, com a criação da NATO e a ameaça que pairava sobre os povos do mundo de deflagração de uma nova guerra, o povo português – enfrentando a vigilância policial e a repressão fascista – empenhou-se em combatê-la e alargar a luta pela paz, criando a Comissão Nacional para a Defesa da Paz e, em vários pontos do País, comissões de paz. A comissão então criada envolveu-se na recolha de assinaturas para o Apelo de Estocolmo (que pugnava pelo fim das armas nucleares) promovido pelo Conselho Mundial da Paz, que foi o maior abaixo-assinado à escala mundial.

Até ao 25 de Abril de 1974 nunca mais o Movimento da Paz deixou de ser uma realidade, denunciando as agressões imperialistas, como no Vietname, exigindo a dissolução dos blocos político-militares, a destruição das armas nucleares, o fim da corrida aos armamentos e o estabelecimento de relações de amizade com todos os povos do mundo. Durante a Guerra Colonial, este movimento assumiu uma elevada expressão exigindo o seu fim e a independência dos povos irmãos colonizados pelo fascismo.

Conquista de Abril

Fiel a esta tradição, o CPPC tem estado, ao longo dos últimos 35 anos, na linha da frente na denúncia e na acção contra as guerras, as agressões e as ocupações – como sucedeu, entre outros exemplos, contra os povos da Palestina, de Angola, de Timor-Leste, do Sahara Ocidental, do Líbano, da Jugoslávia, do Afeganistão, do Iraque ou da Líbia. Da mesma forma que tem erguido a sua voz contra o bloqueio a Cuba; o regime do apartheid na África do Sul; a corrida aos armamentos e a instalação de novos sis-



temas mísseis; a militarização das relações internacionais, de quase toda a esfera de actividade humana e do próprio espaço; a militarização da União Europeia.

Nestas três décadas e meia, o CPPC mobilizou amplos sectores da sociedade portuguesa para as causas da paz, da cooperação e da solidariedade. Lançou e dinamizou campanhas, acções e iniciativas em prol do desarmamento e da solidariedade com os povos. Participou activamente em plataformas amplas, como foi o caso da Campanha Paz Sim! NATO Não!, cuja manifestação, realizada no dia 20 de Novembro do ano passado, ficará para sempre gravada na memória de quem nela participou e constitui já um marco na luta pela paz em Portugal.

Evocar a legalização do CPPC é valorizar a rica história do movimento da paz em Portugal durante os negros anos da ditadura fascista de Salazar e Caetano e desde a Revolução de Abril. Uma história heróica, feita de coerência e determinação, para a qual o CPPC tanto contribuiu e continua a contribuir.

66 anos depois de Hiroxima e Nagasáqui

Aviso para o futuro

O CPPC voltou a assinalar, em Agosto, mais um aniversário – o 66.º – do lançamento pelos Estados Unidos da América de bombas atómicas sobre duas cidades japonesas, Hiroxima e Nagasáqui. Para o CPPC, trata-se de «um dos maiores crimes que a história da humanidade conhece»: em Hiroxima, 75 mil pessoas foram instantaneamente mortas (muitas outras perderiam a vida nos anos e décadas seguintes) e a cidade foi arrasada. Tratou-se, segundo o CPPC, do culminar do holocausto da Segunda Grande Guerra Mundial. Até hoje, só os EUA recorreram a esta arma.

O Conselho da Paz considera que se tratou de um acto «completamente injustificável e mesmo desnecessário do

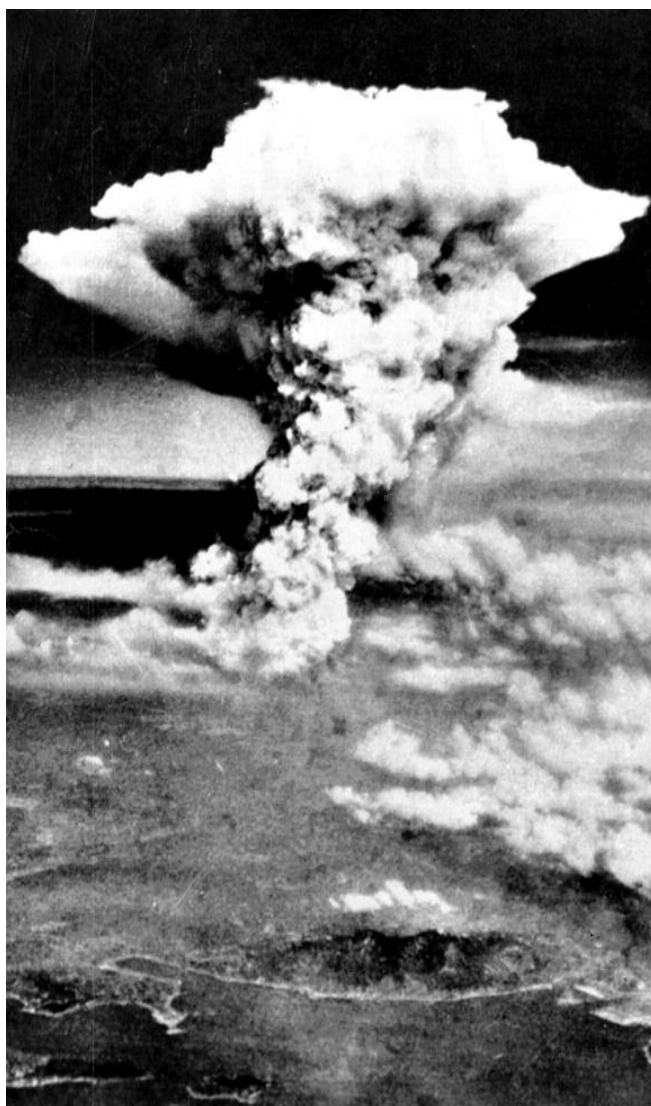
ponto de vista militar», pois aquelas cidades não eram alvos militares. Além disso, a Alemanha já se tinha rendido e o Japão, já derrotado, dera já sinais de que se iria render.

Assim, ao utilizarem aquele armamento, os EUA quiseram afirmar o seu poder. «Foi um aviso a quem pretendesse opor-se à sua hegemonia; uma chantagem e uma ameaça que perduraria sobre os povos.»

Sessenta e seis anos depois do holocausto nuclear, o CPPC chama a atenção para uma situação internacional caracterizada por guerras de agressão, como sucede no Afeganistão, Iraque e Líbia, e por uma «continuada manipulação e subversão do Direito Internacional», por parte de algumas potências económicas e militares

que tornaram usual a «hipocrisia, a ameaça, a mentira e o uso da força nas relações internacionais para subjugar outras nações». O que será reflexo, garante o CPPC, de se estar perante a «mais grave crise financeira e económica desde 1933».

Sendo certo, para o CPPC, que a «história não se repete», não deixa de ser claro que existem «preocupantes semelhanças com a situação económica e política mundial do início dos anos 30» do século passado. O Conselho da Paz conclui ainda que a grave crise do capitalismo «agrava o perigo de uma guerra, porventura geral, que em vista do armamento moderno existente, arrasaria o habitat e a espécie humana», lembrando que este sistema tem «encontrado nas guerras uma das saídas para as suas crises», como sucedeu em 1914 e novamente em 1939.



Ingerência intolerável

O CPPC opôs-se desde a primeira hora à agressão militar contra a Líbia, tendo inclusivamente promovido uma concentração em Lisboa poucos dias depois de esta ter sido desencadeada. Entende o CPPC que a intervenção militar dos EUA/NATO/UE é o principal obstáculo à paz nesse país do Norte de África.

Num comunicado emitido em Junho, o CPPC aprofundou a sua posição sobre o assunto, tendo afirmado que esta intervenção militar é um «ataque ao Direito Internacional» e mais uma agressão aos povos que seguem uma via de autodeterminação e buscam melhores condições de vida. Lembre-se que a Líbia, como aliás a Síria, pautava a sua política externa por uma «razoável independência face ao poder imperial» e mantinha uma atitude crítica em relação a Israel.

O CPPC é peremptório a afirmar que em

causa está uma «guerra de grandes potências importadoras e exploradoras de petróleo, com passado e actual pendor colonialista, contra um país não alinhado e dotado de grandes reservas energéticas». Trata-se, portanto, de uma guerra pela «apropriação do petróleo e dos importantes fundos soberanos líbios aplicados em países ocidentais» e não, como é anunciado todos os dias pelos media dominantes, da «defesa» de quaisquer civis líbios.

Aliás, recorda o CPPC nesse comunicado, se a preocupação fosse «salvaguardar as populações, teriam sido consideradas as reiteradas iniciativas de diálogo e negociação, intermediadas pela União Sul Africana, Rússia e países da América Latina, aliás propostas ou aceites por Kadhafi em nome do regime líbio».

Na origem desta intervenção militar estão os supostos massacres perpetrados pelo regime contra as populações civis (desmentidos, aliás, por vários jornalistas credenciados nesse país). A sublevação amada dos «rebeldes» contou imediatamente com o apoio de diversas potências ocidentais. A atitude destas foi, aliás, bem diferente em relação a outros países árabes onde se têm verificado cenas de extrema violência sobre as populações, como é o caso da Palestina, do Bahrein ou do Iémen.



Portugal assumiu «posição indigna»

O CPPC acusa ainda as autoridades portuguesas de terem assumido, em todo o processo da agressão à Líbia, uma posição indigna e contrária à Constituição da República. Depois de se ter demitido, de facto, da «responsabilidade que assumiu como presidente do Comité de Sanções à Líbia, para prestar apoio político (se não mesmo logístico) a mais uma guerra de rapina», o Governo reconheceu o autoproclamado Conselho Nacional de Transição como «autoridade governativa legítima da Líbia». Sobre este último acto de submissão do Governo português às potências da NATO e da União Europeia, o CPPC expressou, a 2 de Agosto, a sua veemente condenação sublinhando competir ao povo líbio e só a ele escolher o seu futuro e a sua representação. Já o CNT, lembra, «não foi escolhido democraticamente e só se sustenta devido ao apoio militar, financeiro e logístico de governos estrangeiros». Esta decisão, acrescenta ainda o CPPC, viola não apenas a Constituição da República Portuguesa e o direito internacional como a própria resolução 1973 do Conselho de Segurança, já de si contrária à Carta das Nações Unidas.

Crescentes compromissos com a NATO

Portugal deu mais um passo no seu envolvimento na estrutura militar da NATO. Nos dias 8 e 9 de Junho, o Conselho de Ministros da aliança atlântica decidiu transferir para o País o «comando operacional» da força marítima de reacção rápida Strikfornto, até agora sediado em Nápoles. Este comando superintende a Sexta Esquadra dos Estados Unidos da América e forças navais de outros estados membros e é personalizado pelo próprio comandante da Sexta Esquadra, reportando directamente com o Comandante Supremo das Forças Aliadas, em Bruxelas.

A Sexta Esquadra, constituída por 40 navios, quase duzentos aviões e 20 mil homens, tem cometidas variadas missões, dispondo de diversas bases de apoio naval e aéreo no Mar Mediter-

râneo. Tem operado sobretudo no Mediterrâneo e no Golfo da Guiné, e tem intervindo em numerosas acções, de que se destacam a agressão à Jugoslávia em 1999, ao Iraque em 2003, e presentemente à Líbia, destaca o CPPC num comunicado de 14 de Junho. «É esta monstruosa estrutura agressiva que se propõe instalar o seu “comando operacional” em Portugal.»

A decisão foi tomada ainda pelo anterior governo, do PS, quando se encontrava em gestão, mas o actual nada fez para inverter estes compromissos. Para o CPPC, é mais um gesto de «indigna sujeição» face ao poder imperial e uma reiterada pretensão de «associar o povo português às inumanas e ilegais políticas que a NATO tem desenvolvido».

O mundo exige

Reconhecimento do Estado da Palestina

A Organização para a Libertação da Palestina lançou um apelo ao mundo para que o Estado da Palestina seja reconhecido e aceite como membro de pleno direito das Nações Unidas. Mais de cem países já manifestaram o seu acordo com a proposta - que será debatida, ao que tudo indica, em Setembro, na Assembleia-Geral das Nações Unidas - e várias organizações nacionais das mais variadas áreas de intervenção exigem que Portugal faça o mesmo. Em 1988, a OLP proclamou a independência de um Estado da Palestina nos territórios ocupados por Israel na guerra de 1967, no espírito das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU.

O apelo nacional para o reconhecimento do Estado palestiniano, lançado em meados de Julho e subscrito por dezenas de associações (tendo o CPPC como uma das promotoras), dirige-se ao Governo português para que, «em obediência ao disposto no artigo 7.º da Constituição da República e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, apoie em todos os fóruns internacionais e em particular no Conselho de Segurança e na Assembleia-Geral da ONU, o reconhecimento do Estado da Palestina - com fronteiras nos territórios ocupados

em 1967, incluindo Jerusalém Leste - como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas».

As organizações signatárias recordam que «há muitas décadas que a legalidade internacional, expressa nas resoluções das Nações Unidas, reconhece o direito inalienável do povo palestino a viver em liberdade dentro das fronteiras de um estado livre e soberano». No apelo lembra-se ainda que «dezoito anos decorridos sobre a assinatura dos acordos de Oslo, aquela legítima aspiração continua por cumprir». Dia após dia, lê-se no texto, o «povo palestino enfrenta a violenta ocupação dos seus territórios, a contínua expansão dos colonatos que o direito internacional considera ilegais e ilegítimos a construção do muro de segregação condenado pelo Tribunal Internacional de Haia e o bloqueio imposto sobre a Faixa de Gaza».

Para dar força a esta exigência do povo



mártir da
Palestina as
organizações sig-

natárias apelam a todos os cidadãos para que se mobilizem e manifestem, «de forma comprometida e solidária, em apoio às justas e legítimas aspirações de liberdade do povo palestino».

Terrorismo de Estado

No início de Junho, o CPPC condenara um novo acto de terrorismo de Estado perpetrado por Israel contra civis desarmados, palestinianos e sírios, que assinalavam, manifestando-se, a guerra dos Seis Dias (em que Israel ocupou ilegalmente os territórios dos Montes Golã, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e Jerusalém Oriental). O ataque, que provocou dezenas de mortos e centenas de feridos, alguns com muita gravidade, ocorreu quando centenas de pessoas, na sua maioria jovens, se concentraram na zona de separação entre a Síria e o território sírio ocupado dos Montes Golã.

Menos de um mês antes, as forças armadas reprimiram manifestações pacíficas que assinalavam o 63.º aniversário da *Nakhba* (catástrofe, em árabe), ou seja, a expulsão dos palestinianos dos seus territórios no final dos anos 40. Esta repressão provocou 24 mortos e centenas de feridos.

No comunicado em que denunciava mais este acto terrorista de Israel, o CPPC





chamava a atenção para a «hipocrisia das grandes potências ocidentais, como os EUA e a UE, que cinicamente falam dos direitos humanos e dos povos árabes, mas que são coniventes e cúmplices dos bárbaros crimes e terrorismo de Estado perpetrados por Israel». O Conselho da Paz reafirmava, então, as suas exigências de sempre: condenação do terrorismo de Estado de Israel; denúncia da impunidade e conivência que Israel goza por parte dos EUA e da UE; o fim da ocupação israelita; a libertação dos presos palestinianos; o impedimento da construção de novos colonatos e desmantelamento dos existentes; a remoção do muro de separação; o levantamento do bloqueio a Gaza; o estabelecimento do Estado da Palestina.

CMP e FMJD Missão à Palestina

O Conselho Mundial da Paz e a Federação Mundial da Juventude Democrática vão organizar uma missão de solidariedade à Palestina entre 18 e 22 de Setembro. Do programa constarão encontros com organizações juvenis e pacifistas dos quais sairá fortalecida a campanha



internacional para o reconhecimento do Estado da Palestina livre, independente e viável.

Numa declaração comum, emitida no dia 3 de Agosto, o Secretariado do CMP e a FMJD expressam o seu apoio a esta causa.

Factos e números

A pobreza

Mais de metade dos palestinianos vive na pobreza - em finais de 2008, a taxa era de 45,7% na Cisjordânia e cerca de 80% em Gaza.

Com a suspensão da ajuda internacional à Palestina, em 2006, o número de pessoas em pobreza profunda duplicou, para cerca de um milhão.

Os refugiados

Os palestinianos são a maior comunidade de refugiados do mundo. No Médio Oriente estão registados mais de 4,5 milhões de refugiados palestinianos e estima-se que no resto do mundo existam mais 5,5 milhões.

Aquando da criação do Estado de Israel, cerca de 750 mil palestinianos (75 por cento do total) foram expulsos das suas terras e cerca de 530 aldeias e cidades foram destruídas. Durante a guerra de 1967, Israel anexou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza expulsando 240 mil palestinianos e desde então mais 400 mil foram forçados a sair.

Os presos

Desde 1967, mais de 700 mil palestinianos foram presos, cerca de 20% da população total dos territórios ocupados. Actualmente o número de presos rondará os 11 mil. Ao contrário do que Israel afirma, não está em guerra com o Hamas mas com todo o povo e a composição política dos presos prova-o, sendo a grande maioria da Fatah. Entre os presos, há vários eleitos pelo povo da Palestina, entre os quais o popular dirigente da Fatah, Marwan Barghouti, e o secretário-geral da FPLP Ahmad Saadat.

O Muro e os colonatos

O «muro de separação» consiste em altos blocos de cimento, arame farpado, redes electrificadas, torres de vigia e para atiradores, câmaras de vigilância e estradas para veículos de patrulha.

Apenas 16 por cento do muro está a ser construído sobre «fronteira» internacionalmente reconhecida, enquanto o resto serpenteia entre os principais colonatos instalados em território palestiniano.

Israel controla, através dos colonatos, estradas e postos de controlo, 40% da Cisjordânia, apesar de os colonatos representarem «apenas» 3%.

A Faixa de Gaza

A Faixa de Gaza é o território mais densamente povoado do mundo, o que se deve ao facto de 70% da população da Faixa de Gaza ser refugiada.

O encerramento das fronteiras, em 2006, provocou uma dramática situação humanitária. Mais de 80 por cento dos habitantes de Gaza dependem da ajuda internacional.

Comité Executivo do CMP reuniu em Cuba

Constituir uma frente mundial contra a guerra e a injustiça

conceito estratégico, como máquina de agressão imperialista.

O Comité Executivo denunciou ainda que no quadro da actual crise do sistema capitalista, os trabalhadores e as classes mais desprotegidas da sociedade são vítimas das chamadas medidas de «austeridade» enquanto que a banca e o grande capital continuam a acumular lucros fabulosos. Da mesma forma, os orçamentos militares atingem níveis recorde, pois o imperialismo procura, através da guerra e da agressão, uma fuga da crise.

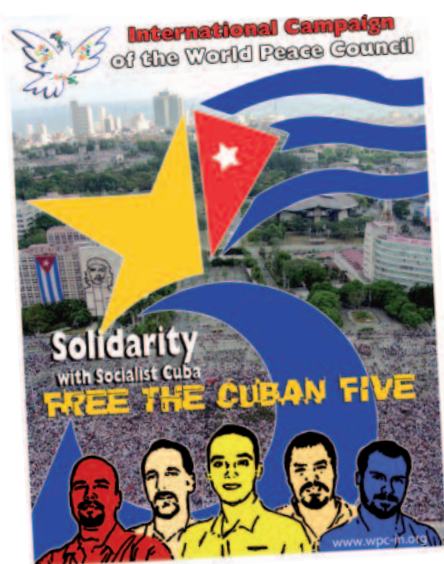
Solidarizando-se com a campanha pelo reconhecimento do Estado palestino (ver páginas 4 e 5), as organizações presentes manifestaram o seu veemente repúdio pela manutenção do criminoso bloqueio norte-americano contra Cuba e do campo de concentração e tortura dos EUA no território cubano ilegalmente ocupado em Guantanamo. O Comité Executivo reafirmou ainda a exigência de devolução imediata desse território a Cuba e a sua rejeição da posição comum da União Europeia sobre a ilha. Reiterando a sua solidariedade para com o povo cubano, congratulou-se pela comemoração dos 50 anos da vitória cubana na Baía dos Porcos.

No fim da reunião, o Comité Executivo do CMP apelou a todas as forças amantes da paz para a construção de uma frente mundial contra as agressões militares e as guerras, contra a dominação imperialista e a injustiça social. E comprometeu-se a desenvolver acções concretas em torno dos focos de guerra e agressão como forma de mobilizar o maior número possível de pessoas contra o imperialismo, as suas políticas e estruturas. Neste sentido, avaliou positivamente a campanha «Paz Sim! NATO Não!» desenvolvida em Portugal durante o ano de 2010 e que culminou na grande manifestação de 20 de Novembro em que o CMP esteve presente.

O CPPC foi uma das trinta organizações que participou, nos dias 29 e 30 de Abril, na reunião do Comité Executivo do Conselho Mundial da Paz (CE-CMP) realizada em Havana, Cuba.

Na abertura da reunião, que contou com a presença de Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional Cubana, foram homenageados os Cinco heróis cubanos detidos nos EUA pelo «crime» de defenderem Cuba de ataques terroristas preparados a partir de Miami. A presidente do CMP, Socorro Gomes, entregou a familiares dos Cinco patriotas, uma placa como símbolo da homenagem prestada.

Durante a reunião, foi possível trocar pontos de vista e experiências, tendo as organizações presentes expressado a sua condenação à agressão militar imperialista contra o povo da Líbia, alertando que, também na Síria, é imprescindível que a solução para a actual crise seja encontrada pelo povo sírio recusando a intervenção estrangeira. Foi ainda denunciado o desrespeito pelo direito internacional, a instrumentalização da ONU e o papel da NATO e do seu novo



Seminário Internacional em Guantanamo

Pelo fim das bases militares estrangeiras

Em todo o mundo se exige o encerramento da base da Guantanamo e a sua devolução a Cuba, incluindo nos próprios EUA. O seminário reafirmou essa exigência

O CPPC participou no segundo Seminário pela Paz e pela abolição das bases militares estrangeiras, que se realizou na cidade de Guantanamo, em Cuba, nos dias 4 e 5 de Maio, organizado pelo Conselho Mundial da Paz (CMP), pelo Movimento Cubano pela Paz (Movpaz) e pelo Instituto Cubano para Amizade com os Povos (ICAP). A iniciativa, realizada depois da reunião do Conselho Executivo do CMP, contou com a presença de movimentos pela paz de 36 países.

No acto de encerramento, realizado junto à baía que fica em frente ao lado ilegalmente ocupado pela base militar dos EUA, que contou com a presença de centenas de habitantes locais, foi aprovado o documento final do seminário.

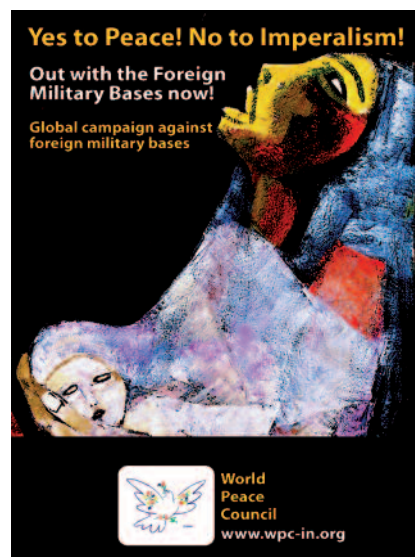
As organizações presentes afirmaram a sua firme vontade de lutar contra «todas as formas de agressão, intervencionismo e ingerência nos assuntos internos dos estados, pela retirada de todas as forças de ocupação, em defesa da soberania, da independência nacional e da paz como direitos irrenunciáveis dos nossos povos».

Foi ainda afirmada a premência de reforçar o trabalho articulado às escalas nacional, regional e mundial, de incorporar um número cada vez maior de jovens na luta pela paz, a par da necessidade de desenvolver uma campanha internacional por um mundo sem armas nucleares e de parar o desenvolvimento tecnológico nuclear com fins não pacíficos.

As organizações presentes reafirmaram a sua solidariedade com o legítimo direito do povo de Cuba na sua luta contra o bloqueio, pela libertação imediata dos Cinco heróis antiterroristas presos nos Estados Unidos da América e pela recuperação da soberania sobre o território da Base Naval de Guantanamo, ilegalmente usurpado (no qual, para vergonha de toda a humanidade, se instalou um verdadeiro campo de concentração ao serviço do terror e a tortura).



Os representantes dos 26 países presentes terminam o documento afirmando que «a existência de bases militares estrangeiras e a defesa da paz são incompatíveis. O nosso compromisso com a paz é irrenunciável».



CPPC presente

Acampamento em Avis

Realizou-se, entre 22 e 24 de Julho, na Barragem do Maranhão, em Avis, o Acampamento pela Paz, promovido pela Plataforma Juventude do Futuro com a Constituição do Presente, que o CPPC integra. Com a participação de 250 jovens de todo o País (em representação de mais de 30 organizações e associações), o acampamento teve como objectivo central alertar para a necessidade premente de defender a Constituição da República Portuguesa pelos direitos que consagra e pelo futuro que propõe para o País.

Em destaque nas diversas iniciativas realizadas – culturais, desportivas e de debate político – estiveram alguns artigos da Lei Fundamental, nomeadamente os que se relacionam mais directamente com a juventude: direito ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, à habitação e particularmente o artigo 70.º, que estabelece que «os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais». Os promotores da plataforma consideram que defender a Constituição é, em si mesmo, uma batalha pela efectivação dos direitos.

Num debate subordinado ao tema A Constituição e a Paz, em que participaram mais de uma centena de jovens, o dirigente do CPPC Gustavo Carneiro e o deputado do PCP João Oliveira debateram-se sobre o artigo 7.º, que estabelece os princípios pelos quais o Estado português se rege – ou deveria reger – nas relações internacionais e quais os valores que defende. No texto constitucional, lê-se, por exemplo, que o País «preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo



e controlado, a dissolução dos blocos político-militares». Na prática, os sucessivos governos têm feito exactamente o contrário: o apoio dado às agressões militares à Líbia, Iraque, Afeganistão e Jugoslávia e o empenho no reforço da NATO provam-no.

Os participantes debateram ainda o conceito de «paz» tendo concordado que é muito mais do que a simples ausência de conflito armado aberto. Sem soberania e independência, com bloqueios económicos e chantagens políticas não é possível a um povo viver em paz.

Todos concordaram ainda com o ponto 3 do mesmo artigo 7.º, que reconhece o direito dos povos à «autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão».

Água é de todos

O CPPC integra a plataforma Água é de Todos, que foi recentemente relançada. As organizações que a promovem pretendem mobilizar para a defesa da «propriedade e gestão pública da água como recurso estratégico, meio ecológico essencial à vida e factor sanitário fundamental, bem como das infraestruturas e serviços de água». Afirmam ainda que a água «não é um bem mercantilizável» e exigem a manutenção dos serviços de água «sob propriedade e gestão públicas». Para Outubro está previsto um encontro nacional sobre esta importante questão.

Criado núcleo de Coimbra

Foi criado em Coimbra um núcleo do CPPC a partir de elementos que, durante o ano passado, se envolveram activamente na campanha «Paz Sim! NATO Não!». Numa reunião dos activistas da campanha, realizada em Maio, os presentes decidiram aderir individualmente ao CPPC e criar o núcleo – este último objectivo concretizado oficialmente em Junho.

Foi ainda decidido reactivar o blogue regional da campanha «Paz Sim! NATO Não!», como mais um meio de comunicação do núcleo de Coimbra do CPPC e a apresentação de um plano de trabalho do núcleo para este ano. Os novos aderentes do CPPC comprometeram-se a continuar os contactos para ampliar, em Coimbra, o núcleo de aderentes do CPPC e distribuíram entre si várias tarefas para melhorar a acção do CPPC.

Junta-te a nós

Adere ao CPPC

Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal
Tel. 21 386 33 75 email: conselhopez@cpc.pt www.cpc.pt

Visita a nossa página do Facebook